

Público, mas nem tanto assim

ALINE FONSECA
DA EQUIPE DO CORREIO

A necessidade de segurança e de privacidade são os principais argumentos dos moradores da orla do Paranoá para justificar a ocupação e o cercamento das margens do lago, contrariando a idéia original de acesso livre para a população de Brasília.

Na quarta-feira, em uma volta de barco pelas margens do Lago Norte, uma residência na QL 16 foi flagrada com cercamento do lago para a criação de patos. Ontem, o pianista Ney Salgado e a violinista Valeska Hadelich, proprietários da casa, procurados pelo *Correio*, justificaram o cercamento. “Na Europa, há lugares em que as pessoas não podem ter acesso a bairros residenciais na orla e há outros lugares em que é público. É assim que tem que ser”, conta a violinista, de origem alemã. “É uma utopia achar que toda a orla deve ser pública. Há residências aqui, nenhum morador vai querer ter gente no seu quintal. E a manutenção da orla, quem vai fazer? E o policiamento?”, questiona Valeska.

Os músicos moram no Lago Norte há 12 anos, mas possuem o terreno há 30. O pequeno lago com patos foi uma idéia de Valeska, que gosta de animais. Segundo ela, a cerca ainda não está regularizada — o pedido foi feito ao Ministério da Marinha — mas não causa impacto ambiental. “Como é de madeira, com estacas, a água do lago não deixa de circular. Se for pelo impacto ao meio ambiente, não há, é me-

lhor do que o meu vizinho, que aterrou”, afirma.

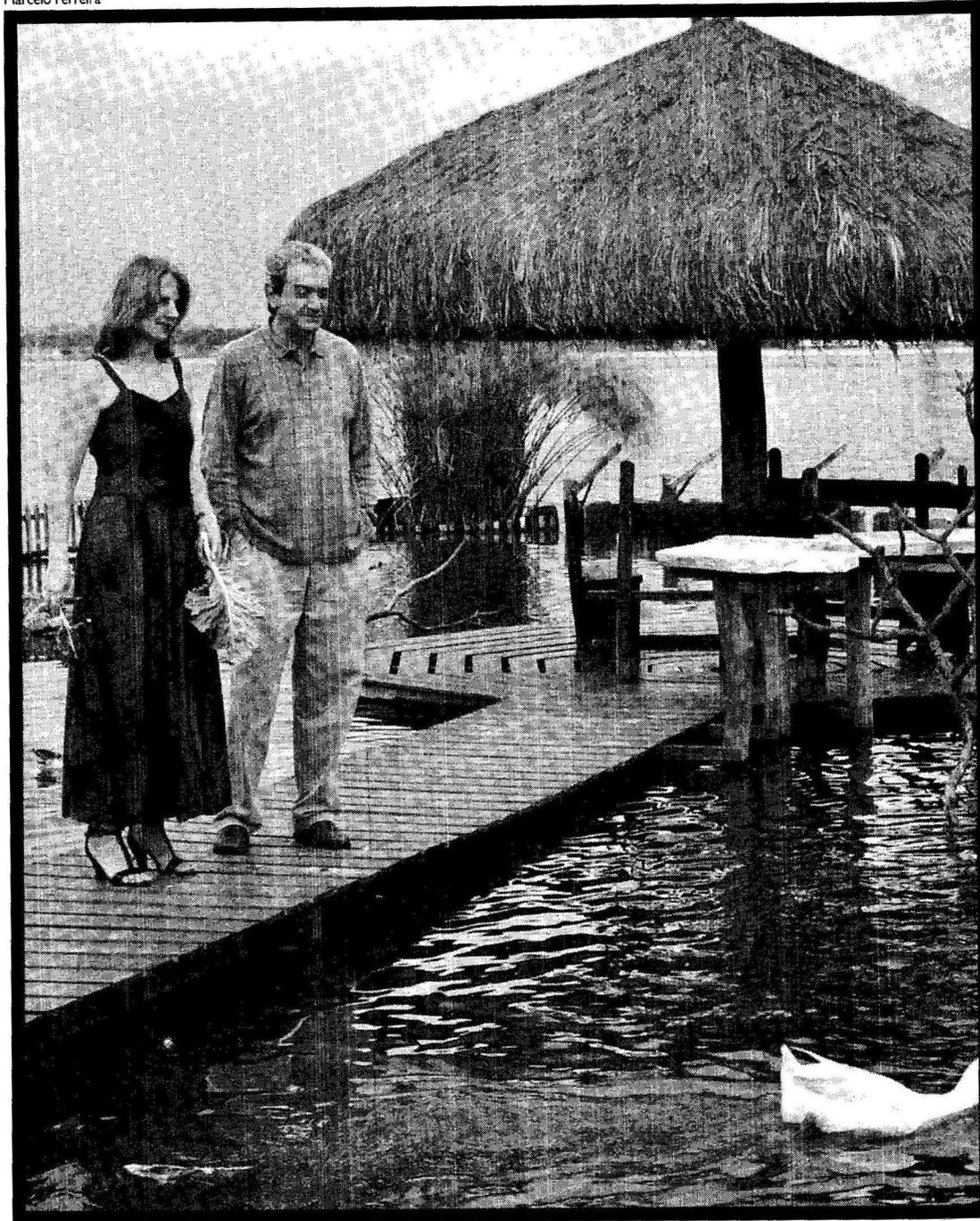
Para o pianista, o cercamento que vai até o lago torna-se inevitável nos dias de hoje. “Se é para morar na beira do lago e não ter paz para dormir, então prefiro ir embora. As cercas são uma questão de segurança”, garante Salgado. A solução proposta pelo casal é criar acessos públicos ao lago onde não há residências.

O presidente da Associação de Moradores das QIs 25 a 29, Edir Albino, tem sugestão mais radical. “Vamos arrancar todas as cercas e deixar toda a área verde à disposição da população. É do jeito que deveria ser, como previa Lucio Costa”, explica Albino. “Quem acha que cerca segura bandido, está errado. A violência chega de qualquer jeito”, diz.

No projeto original do urbanista Lucio Costa, entretanto, não havia o Lago Sul e o Lago Norte, e a orla não seria ocupada, mas serviria de lazer e ambiente bucólico para a população. Com as residências, a paisagem mudou, os cercamentos aumentaram e o acesso ao lago diminuiu. Hoje, o brasileiro que não é sócio de clubes e quiser se divertir no Paranoá tem poucas opções: o Parque da Ermida Dom Bosco (Lago Sul), o Pontão do Lago Sul, a Prainha (ao lado do Pier 21), o Piscinão (em frente as MLs 5 e 6 do Setor de Mansões do Lago Norte), a ciclovia do Lago Norte e a Concha Acústica (em frente a Vila Planalto).

“Em situações consolidadas, pode haver uma regularização dentro da razoabilidade. Será que nesses casos dos 30 metros

Marcelo Ferreira



A VIOLINISTA VALESKA HADELICH E O PIANISTA NEY SALGADO: É UTOPIA ACHAR QUE TODO O LAGO TEM DE SER PÚBLICO

de área verde, que exige o Código Florestal, haverá derrubadas? Eu duvido, até porque não é a melhor solução”, diz o deputado distrital Pedro Passos (PMDB), que foi notificado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) porque o muro de sua casa bloqueia o acesso da ciclovia do Lago Norte à orla.

Segundo o deputado, o muro que impede a ampliação da ciclovia já existia quando ele comprou o terreno na QL 04 do Lago

Norte. “Além disso, os terrenos das QL 04 são diferentes, são mais estreitos. Se houver ciclovia ela vai passar na minha cozinha”, explica. “Acho difícil compatibilizar residências e ciclovia ali, não há condição física para isso”, opina.

O administrador do Lago Norte, Erivaldo Mesquita, acredita que uma solução civilizada vai depender de debates entre comunidade e poder público. “Sentar numa mesa de negociação é a melhor maneira de ar-

ranjar um resultado”, diz. O secretário de Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, afirma que nada será derrubado até que cada caso seja analisado. Por enquanto, das 72 residências no Lago Sul e Lago Norte notificadas pela secretaria por edificarem a área verde, ninguém foi multado. Os proprietários têm até o dia 1º de julho para se regularizarem. Depois desse prazo, a Gerência Executiva do Ibama-DF, caso não haja providências, vai au-